30/05/2018 11:41 - Prefeitura de Porto Velho publica exonerações de secretários presos por fraude no transporte escolar fluvial

A prefeitura de Porto Velho publicou, no Diário Oficial, as exonerações dos secretários presos suspeitos de fraudarem o transporte escolar fluvial em Porto Velho. Marcos Aurélio, que era secretário de educação, e o adjunto, Erivaldo de Souza, foram presos pela Polícia Federal (PF) durante a Operação Ciranda na última terça-feira (29).

Na Operação Ciranda foram cumpridos, ao todo, 55 mandados judiciais, sendo dez mandados de prisão temporária, 29 de busca e apreensão e 16 de sequestro e indisponibilidade de bens.

De acordo com a PF, os prejuízos da organização criminosa aos cofres públicos passam de R$ 20 milhões. O secretário Marcos Aurélio e o adjunto, Erivaldo, foram apontados como integrantes deste grupo e foram presos temporariamente.

Em uma coletiva de imprensa na última terça-feira (29), o prefeito Hildon Chaves (PSDB) declarou que o secretário foi quem teria pedido para ser exonerado, enquanto cuidaria da defesa.

A defesa divulgou que o ex-secretário Marcos Aurélio Marques nega as acusações e que irá propor habeas corpus contra o pedido de prisão temporária. Estamos tentando localizar a defesa do ex-secretário adjunto da Semed.

Transporte Escolar

Segundo a prefeitura de Porto Velho, o transporte escolar fluvial não será afetado com a prisão dos dois ex-secretários, pois uma pessoa foi direcionada para cuidar dos transporte dos alunos.

Após a Operação Ciranda, o prefeito divulgou uma nota sobre a ação policial. Hildon diz que reitera seu compromisso de seriedade e que vai tornar público toda sequência desta investigação no Poder Público.

Hildon destacou que tem trabalhado para combater a corrupção.

Investigação

Segundo a PF, a investigação começou a partir de informações fornecidas pela Controla Geral da União (CGU), onde foram apuradas fraudes, no caráter competitivo, irregularidades na execução dos contratos e superfaturamento dos preços do contrato, referentes a licitação nº 09.00010/2013, que corresponde ao serviço de transporte escolar fluvial para atender alunos da rede municipal.

Ainda de acordo com informações da PF,essa licitação foi assinada em 2014 e periodicamente renovada até fevereiro de 2018. Durante esse período estima-se que o prejuízo aos cofres públicos são superiores R$ 20 milhões. Também foi apurado que desde 2010 as empresas participantes do esquema ilícito receberam mais de R$ 100 milhões em contratos com a Prefeitura de Porto Velho.

Fonte: Jonatas Boni - G1 RO